



4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barata Ribeiro, nº 502, lojas A e B, e sobrelojas 201, 202, 203 e 204, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 11.135.814/0001-50, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0030168-2, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente):

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("Agente Fiduciário");

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidores:

(c) **SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 5.930, AR 01, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.594.978/0001-78, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.220.108.195, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Smartfit"); e

(d) **INSSIGNY HOLDINGS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manuel, nº 60, sala 1.711, inscrita no CNPJ/MF nº 11.396.299/0001-61, com seus



C

BWR

G



5

atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.374.321, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Inssigny" e, em conjunto com Smartfit, "Fiadoras");

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Smart Rio Academia de Ginástica S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 30 de janeiro de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor.

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



6

2.2. Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão e a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) foi devidamente apresentada à JUCERJA e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, de acordo com o inciso I, artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERJA, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Aprovação das Garantias

2.5.1. A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Insigny, realizada em 30 de janeiro de 2014; a prestação da Fiança (conforme abaixo definida) e da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida) foram aprovadas pela reunião de sócios da Smartfit realizada em 30 de janeiro de 2014 cujas atas foram devidamente apresentadas à JUCESP.





7

2.6. Registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária

2.6.1. O registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), bem como seus eventuais aditamentos será realizado nos respectivos órgãos competentes nos termos da legislação aplicável, sendo certo que:

(a) sem prejuízo do disposto no item 2.3. acima, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, em função da Fiança ora prestada, serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, na forma prevista na lei n.º 6.015 de 31 de dezembro 1973, conforme alterada (Lei de Registros Públicos), no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou eventuais aditamentos, além de registrada perante a JUCERJA; e

(b) o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura ou da assinatura de eventuais aditamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com a Cláusula Terceira de seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: atividades de condicionamento físico; ensino de dança; atividades de fisioterapia; atividades de profissionais de nutrição; produção e promoção de eventos esportivos; atividades de exibição cinematográfica; atividade de consultoria em gestão empresarial; holding de instituições não financeiras; aluguel de imóveis próprios; outras sociedades de participação, exceto holdings; e serviços de bronzamento artificial.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.





8

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definida ("Valor Total da Emissão").

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 5.000 (cinco mil) Debêntures.

3.6. Escriturador e Banco Liquidante

3.6.1. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaucor"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

3.6.2. A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.7. Destinação de Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados no reforço do capital de giro da Emissora e abertura de novas lojas Smartfit.

3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

[Handwritten mark]

Bella

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



9

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do Banco Votorantim S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.171, 16º andar, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03 ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Smart Rio Academia de Ginástica S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 4.1 e no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição").

4.1.3. O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Oferta Restrita terá como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.





10

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável ("Declaração de Investidor Qualificado").

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de fevereiro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.



C
Belli
Z



11

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, nos termos do item 4.17 abaixo.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data a partir da data de início de distribuição, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de fevereiro de 2019 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado total, conforme item 4.10 abaixo e/ou vencimento antecipado, conforme item 4.13 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, inclusive, em parcelas mensais e consecutivas, sendo devida a primeira parcela no dia 01 de março de 2015 e as demais nas datas indicadas na tabela abaixo até a Data de Vencimento ("Amortização das Debêntures"): C
Kull
Z





12

DATA DA AMORTIZAÇÃO	% DO SALDO DEVEDOR
1/3/2015	2,0833%
1/4/2015	2,1277%
1/5/2015	2,1739%
1/6/2015	2,2222%
1/7/2015	2,2727%
1/8/2015	2,3256%
1/9/2015	2,3810%
1/10/2015	2,4390%
1/11/2015	2,5000%
1/12/2015	2,5641%
1/1/2016	2,6316%
1/2/2016	2,7027%
1/3/2016	2,7778%
1/4/2016	2,8571%
1/5/2016	2,9412%
1/6/2016	3,0303%
1/7/2016	3,1250%
1/8/2016	3,2258%
1/9/2016	3,3333%
1/10/2016	3,4483%
1/11/2016	3,5714%
1/12/2016	3,7037%
1/1/2017	3,8462%
1/2/2017	4,0000%
1/3/2017	4,1667%
1/4/2017	4,3478%
1/5/2017	4,5455%
1/6/2017	4,7619%
1/7/2017	5,0000%
1/8/2017	5,2632%
1/9/2017	5,5556%



1/10/2017	5,8824%
1/11/2017	6,2500%
1/12/2017	6,6667%
1/1/2018	7,1429%
1/2/2018	7,6923%
1/3/2018	8,3333%
1/4/2018	9,0909%
1/5/2018	10,0000%
1/6/2018	11,1111%
1/7/2018	12,5000%
1/8/2018	14,2857%
1/9/2018	16,6667%
1/10/2018	20,0000%
1/11/2018	25,0000%
1/12/2018	33,3333%
1/1/2019	50,0000%
1/2/2019	Saldo

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI *over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

C
pull
gh

J 

[Handwritten signature]



14

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração, acrescido de *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde}$$

Fator DI Produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

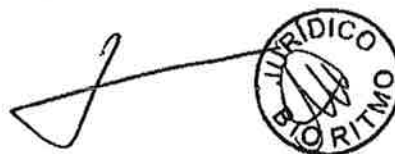
onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



[Handwritten signatures and initials]



15

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread ou sobretaxa = 2,2000;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (d) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.





16

4.9.3. No caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.4. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer dos referidos eventos ou da data em que tais eventos se tornarem públicos, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

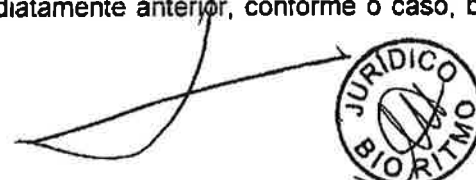
4.9.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.9.4. acima deverá ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias corridos contados da publicação do edital de segunda convocação, conforme previsto no item 7.5 abaixo.

4.9.4.2. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia ou, ainda, da data em que deveria ter sido realizada a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ainda que não realizada por falta de quórum de instalação e/ou deliberação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, bem como

✓

Bell

G



✍



17

do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), nos termos da alínea (d) do item 4.10.1 abaixo. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.4.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.4.3, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.5. A Remuneração será devida mensalmente no primeiro Dia Útil de cada mês a partir da Data de Emissão, (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo o primeiro pagamento realizado em 01 de março de 2014.

4.9.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Pagamento da Remuneração e/ou de qualquer dos valores devidos constante desta Escritura até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento de Remuneração não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido no item 4.18.1. abaixo.

4.9.6. Farão jus aos eventos previstos nesta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração e/ou de qualquer outro valor devido aos Debenturistas em virtude desta Escritura.

4.10. Resgate Antecipado Total

4.10.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

(a) o Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate"), a ser publicada nos termos do item 4.19. desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias



[Handwritten signatures and initials]



18

corridos da data prevista para sua efetivação ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência. Adicionalmente, o Banco Liquidante também deverá ser comunicado acerca do Resgate Antecipado por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da Data de Resgate Antecipado;

(b) na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será calculado nos termos do subitem (c) abaixo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

(c) a título de Resgate Antecipado, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas (a) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (b) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último pagamento, conforme o caso, e (c) de um percentual de prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser definido em Assembleia Geral de Debenturistas, respeitados os limites indicados no quadro abaixo ("Prêmio de Resgate"):

Período de Pré-Pagamento	Percentual de Prêmio
Da Data de Emissão à 01/02/2015	5,50%
De 02/02/2015 à 01/02/2016	4,00%
De 02/02/2016 à 01/02/2017	3,00%
De 02/02/2017 à 01/02/2018	2,10%
De 02/02/2018 à 01/02/2019	1,10%

(d) Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre o Prêmio de Resgate, o Resgate Antecipado não será realizado.

(e) o pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na Data do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data e em seguida canceladas pela Emissora.

4.10.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.





19

4.10.3. Os valores relativos ao pagamento do valor correspondente ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

4.10.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.11. Repactuação Programada

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.12.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Fiadoras após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCERJA e registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.



4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 e 4.13.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um evento de "Vencimento Antecipado"):

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), conforme aplicável, não sanada em até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo inadimplemento, sem prejuízo da incidência dos Encargos Moratórios sobre o valor inadimplido;

(b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou das Fiadoras e não devidamente elidido no prazo legal;

- (c) pedido de auto-falência formulado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras;
- (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou das Fiadoras;
- (e) constituição, em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), de quaisquer ônus, gravames ou garantias reais sobre os recebíveis provenientes de cartão de crédito ("Recebíveis");
- (f) redução do capital social da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures presentes em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, observado que o quórum de aprovação não poderá ser inferior à metade das Debêntures em Circulação;
- (g) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme estabelecido na Cláusula 3.7. desta Escritura de Emissão;
- (h) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora e/ou as Fiadoras, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora em montante igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas), e/ou pelas Fiadoras em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas), por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (i) se a Emissora e/ou as Fiadoras, suas controladoras e/ou quaisquer de suas controladas propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou as Fiadoras, suas controladoras e/ou quaisquer de suas controladas ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se ocorrer o encerramento das atividades principais desenvolvidas pela Emissora, por si e/ou por meio de suas subsidiárias por qualquer motivo;
- (j) a ocorrência de evento que caracterize estado de insolvência da Emissora e/das Fiadoras, de sua controladoras e/ou quaisquer de suas controladas incluindo acordo de credores;



(k) cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou das Fiadoras, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária relevante envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras, exceto se (i) dentro do mesmo Grupo Econômico; ou (ii) tal alteração envolver a participação de sociedades não integrantes do Grupo Econômico da Emissora, desde que os recursos e/ou ativos obtidos em decorrência de tal reorganização societária sejam mantidos dentro do Grupo Econômico, sendo que, neste caso ou no caso da alínea (i) a sociedade resultante da reorganização societária, caso haja, será considerada garantidora, nos limites do ativo recebido e em condições similares às atuais, para fins desta Escritura; ou (iii) previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures presentes em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, observado que o quórum de aprovação não poderá ser inferior à metade das Debêntures em circulação; ou (iv) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, aplicando-se as disposições pertinentes ao Resgate Antecipado, inclusive ao Prêmio de Resgate, fixado, de comum acordo entre as Partes, observando o limite da tabela na alínea (d) do item 4.10.1. acima. Para fins deste item, "Grupo Econômico" significa quaisquer sociedades controladas ou coligadas e/ou sociedades sob o controle comum da Inssigny, direta ou indiretamente;

(l) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto se (i) houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures presentes em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim com relação à referida alienação; (ii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 30 (trinta) dias contados da data de alteração do controle acionário, o resgate das Debêntures de que forem titulares, aplicando-se as disposições pertinentes ao Resgate Antecipado, inclusive ao Prêmio de Resgate, fixado, de comum acordo entre as Partes, observando o limite da tabela na alínea (d) do item 4.10.1. acima; ou (iii) referida alteração for decorrente de um processo de abertura de capital – IPO;

(m) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) que (i) não seja devidamente sanado no prazo de remediação específico ou (ii) não havendo prazo de remediação específico, não seja devidamente sanado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

(n) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza não financeira a que esteja sujeita a Emissora e/ou as











22

Fiadoras, assim entendidas aquelas obrigações pecuniárias que não decorram de dívidas contraídas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, em montante consolidado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;

(o) distribuição, pela Emissora, de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;

(p) descumprimento pela Inssigny da manutenção do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes durante o prazo de duração das Debêntures nas datas das suas respectivas apurações semestrais ("Índice Financeiro"), ficando desde já estabelecido que as informações que compõem o Índice Financeiro deverão sempre considerar os balanços auditados consolidados da Inssigny a serem enviados semestralmente pela Emissora ao Agente Fiduciário juntamente com o cálculo do Índice Financeiro para verificação.

onde:

"Dívida Líquida": significa, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Inssigny, o valor calculado igual à soma (i) dos passivos junto a instituições financeiras, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívidas emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo dos derivativos, diminuído (ii) das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata).

"EBITDA": lucro (prejuízo) líquido acumulado nos últimos 12 (doze) meses, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização.

(q) protestos de títulos contra a Emissora e/ou as Fiadoras, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados





23

da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo (1) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelas Fiadoras, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do protesto, ou (2) se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (4) se a Emissora tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

(r) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência material de qualquer declaração feita pela Emissora e pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão que afete materialmente e adversamente a percepção de risco das Debêntures e/ou da Emissora;

(s) comprovação de que qualquer disposição relevante desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) e/ou de qualquer outro documento relacionado a tais instrumentos for revogada, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor;

(t) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva e contra qual não caiba mais recurso em qualquer esfera, de natureza condenatória, contra a Emissora, as Fiadoras e/ou quaisquer das controladas da Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, no prazo estipulado para pagamento;

(u) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou das Fiadoras, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora ou as Fiadoras, conforme o caso, comprovarem, em até 10 (dez) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(v) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;



C
P
d



24

(w) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou das Fiadoras, que implique perda de bens da Emissora e/ou das Fiadoras, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem 10% (dez por cento) do ativo consolidado da Insigny, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora ou as Fiadoras, conforme o caso, comprovarem, em até 10 (dez) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(x) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto se realizada nas condições previstas na alínea "k" acima;

(y) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas sociedades controladas, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de forma adversa e relevante, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou as Fiadoras comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(z) inadimplemento, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias individuais ou agregadas de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora e/ou as Fiadoras, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo; e

(aa) a ocorrência de evento que caracterize estado de insolvência de qualquer das sociedades controladas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras (incluindo via acordo de credores).

4.13.1.2 A Emissora deverá, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar o Agente Fiduciário, no dia útil imediatamente subsequente após a ciência, para que esse tome as providências devidas.



C
Bull
d
[Signature]

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (i), (l), (v), (x) e (aa) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ou de qualquer consulta aos seus respectivos Debenturistas, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, comunicar imediatamente tal fato através de notificação à Emissora. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas dessa cláusula, e vencido o prazo eventualmente previsto para regularização, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento do evento ou do vencimento do prazo eventualmente previsto para regularização, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido no item 4.13.3 abaixo. A AGD a que se refere este deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.13.3. Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.4. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 4.13.2. acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.3. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.13.1. acima e exigir o pagamento do que for devido aos Debenturistas.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer encargos ou outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis após (i) a data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama expedido pelo correio para o endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, ou (ii) a data da realização da AGD acima mencionada, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo,











26

ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.13.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.13.5. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.13.6. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1 acima deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios previstos no item 4.14 acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.16. Garantias

Todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão, contarão com as garantias abaixo descritas.

4.16.1. Fiança



C
Bioritmo
J

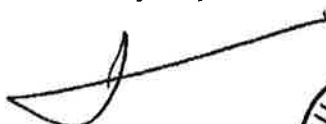
4.16.1.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as Fiadoras prestam, nesta Escritura de Emissão, fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme descrito a seguir ("Fiança").

4.16.1.2. As Fiadoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e/ou acessórios, incluindo os encargos moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, inclusive a remuneração prevista na Cláusula Sexta abaixo, ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.16.1.3. As Fiadoras se obrigam, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas nos termos do item 4.16.1.2. acima, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

4.16.1.4. As Fiadoras, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 do Código Civil, expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.16.1.5. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança objeto deste item. Na hipótese de sub-



C
PML

g



rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

4.16.1.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16.1.7. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.16.1.8. As Fiadoras concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.16.1.9. Observado o disposto no item 4.16.1.11. abaixo, a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.16.1.10. Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada, em período razoável após a data do respectivo registro.

4.16.1.11. A Fiança entra em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão e deverá perdurar até a satisfação, de forma agregada, das condições previstas no item 4.16.1.2, ou o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro.

4.16.1.12. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.



C
Bent
Z





29

4.16.1.13. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita.

4.16.1.14. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor dos Fiadores.

4.16.1.15. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.16.1.16. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

4.16.2. Cessão Fiduciária

4.16.2.1. Será constituída em garantia em favor dos Debenturistas, para garantia do fiel, pontual e integral pagamento da dívida representada pelas Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo (i) os valores devidos a título de principal, juros ou atualização monetária; (ii) os encargos moratórios decorrentes de eventual atraso pela Emissora no pagamento das obrigações devidas nos termos desta Escritura de Emissão; e (iii) os tributos, despesas e custos devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, cessão fiduciária em garantia sobre os Recebíveis (conforme definido no item 4.13.1 (e) acima), na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Crédito celebrado entre a Emissora, a Smartfit, o Agente Fiduciário e instituição financeira na qualidade de agente de garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente).

C
h
g





30

4.17. Local de Pagamento

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.

4.18. Prorrogação dos Prazos

4.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal do Commercio, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.20. Aquisição Facultativa

4.20.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Instrução CVM 476: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela



C

Reull

J



31

CVM à época. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observado o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) Disponibilizar ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, bem como da declaração assinada por representantes legais da Emissora com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;
- (ii) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Insigny, relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, além de nota explicativa dos auditores, atestando o cumprimento do Índice Financeiro com base em declaração assinada por representantes legais da Insigny - que deverá conter a memória de cálculo do Índice Financeiro e explicitar as rubricas necessárias à referida apuração do mesmo - sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Insigny e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do término de cada período de 6 (seis) meses, cópia das informações financeiras consolidadas revisadas da Emissora relativas ao período de 6 (seis) meses findo em junho de cada exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



- (iv) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do término de cada período de 6 (seis) meses, cópia das informações financeiras consolidadas revisadas da Inssigny relativas ao período de 6 (seis) meses findo em junho de cada exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, além de nota explicativa dos auditores independentes, atestando o cumprimento do Índice Financeiro com base em declaração assinada por representantes legais da Inssigny – que deverá conter a memória de cálculo do Índice Financeiro e explicitar as rubricas necessárias à referida apuração do mesmo - sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Inssigny e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados.
- (b) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto (i) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito material adverso, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; e (ii) caso a perda, revogação ou cancelamento das referidas licenças, concessões, autorizações ou aprovações possa resultar em um efeito material adverso, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, se tal perda, revogação ou cancelamento seja decorrente de caso fortuito, força maior ou qualquer outro evento alheio à vontade e/ou alcance da Emissora;
- (c) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa, segundo critério razoável dos Debenturistas, a capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) manter seguros conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;



(e) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nos itens 4.13.1 e 4.13.2 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;

(f) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

(g) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial ou cujo não pagamento não resulte em um efeito material adverso para a Emissora, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas;

(h) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e/ou às Fiadoras, de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(i) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(j) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(l) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo





34

prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;

(m) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, dando ciência por e-mail ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis;

(n) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;

(o) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, relacionada às hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 1 (um) Dia Útil após o seu recebimento;

(p) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário;

(q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;

(r) cumprir, em seus aspectos relevantes e aplicáveis, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

(s) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(t) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;



C
Rulli
Z
[Signature]



35

- (u) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (v) convocar, nos termos das disposições legais aplicáveis e da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (w) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (x) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (l) e (m) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009; e
- (y) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



C

Bell

d

(d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;

(f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");

(g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;

(h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente, a regularidade da Cessão Fiduciária, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

(k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e

(l) conforme exigência da alínea "k" do inciso VII do artigo 12 da Instrução CVM 28, não exerce a função de agente fiduciário de emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedades coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação



C
Belli
Z
J



37

aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de agente fiduciário, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.

6.4.1. As parcelas de remuneração referida acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na falta deste, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data da assinatura do respectivo contrato, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.2. Os impostos (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; Programa de Integração Social – PIS; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração proposta acima, excetuando-se o Imposto de Renda – IR, de responsabilidade da fonte pagadora, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. Caso a Emissora atrase o pagamento de quaisquer das remunerações previstas no item 6.4 acima, estará sujeita à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajuste pelo IGP-M/FGV, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

6.4.4. As remunerações devidas ao Agente Fiduciário, conforme acima descrito, não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.





38

6.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.4.7. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

6.4.8. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) extração de certidões;

(iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções;

(iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

(v) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.



✓
Bell
Z

6.4.9. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;





40

(h) intimar a Companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Instrumento Particular de Fiança;

(i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

(j) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

(k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.19. acima;

(l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas e as coligadas conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

(i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;





411

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (ix) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança e da Cessão Fiduciária; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP; e
 - (iv) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;





42

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;

(r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19. acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;

(s) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website* www.pentagonotruster.com.br;

(t) divulgar as informações referidas no subitem (x) da alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e

(u) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;



43

- (b) executar a Fiança e a Cessão Fiduciária descritas no item 4.16. acima, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência, ou conforme o caso a insolvência, da Emissora e/ou das Fiadoras, se assim cabível;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora e/ou das Fiadoras.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) da Cláusula 6.6 acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.





44

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

c

bell

g





45

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13. acima.

6.10.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.19. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

C
null:
C






7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.13. As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar: (a) a Remuneração das Debêntures; (b) as Datas de Pagamento da Remuneração; (c) o prazo de vencimento das Debêntures; (d) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (e) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas nos itens 4.13.1. e 4.13.2. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (f) os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (g) as garantias estabelecidas no item 4.16.; e/ou (h) os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidos nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



C
Diller
af



7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. A Emissora, neste ato declara e garante que:

(a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;

(e) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (z) rescisão de








qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(g) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;

(h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

(i) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

(j) a Emissora, nesta data: (i) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um efeito material adverso, segundo critério razoável dos Debenturistas; (ii) está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; (iii) o

✓

Revis

af






cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Oferta Restrita não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

(k) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

(l) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;

(m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE na JUCERJ; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; e (iii) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios;

(n) esta Escritura de Emissão, constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e

(o) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. As Fiadoras, neste ato declaram e garantem que:

(a) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e exigível das Fiadoras, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à insolvência ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;



C
Ruler
d



(b) exceto pelo registro da presente Escritura de Emissão nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes e o registro das Debêntures nos sistemas de distribuição e negociação da CETIP, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de subscrição das Debêntures, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelas Fiadoras de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão;

(c) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da Fiança, não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou instrumento no qual as Fiadoras e/ou suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (cx) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (cy) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Fiadoras, exceto por aqueles já existentes na presente data, ou (cz) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que as Fiadoras e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que sejam de seu conhecimento e que afete as Fiadoras e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;

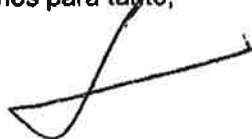
(d) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo as Fiadoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, no Brasil ou no exterior, que possa impedir a outorga da Fiança;

(e) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(f) exclusivamente em relação à Smartfit, é sociedade limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(g) exclusivamente com relação à Insigny, é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(h) as Fiadoras estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias para o exercício de suas atividades, bem como à outorga da Fiança e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;





51

(i) as Fiadoras têm todas as licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;

(j) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;

(k) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação às Fiadoras e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;

(l) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(m) as Fiadoras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. Está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(n) a Smartfit, nesta data: (i) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu contrato social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais sejam parte ou possam estar obrigadas, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente afetar o regular funcionamento da Smartfit; (ii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor, e (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



52

(o) a Insigny, nesta data: (i) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais sejam parte ou possam estar obrigadas, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente afetar o regular funcionamento da Insigny; (ii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor, e (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

(p) todas as informações prestadas pelas Fiadoras no âmbito da Oferta Restrita para fins de análise e aprovação da Oferta Restrita, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas; e

(q) esta Escritura de Emissão, constitui obrigação legal, válida e vinculativa das Fiadoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

8.3. A Emissora e as Fiadoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.

Avenida Paulista, n.º 2.073, Horsa I, 17º andar

São Paulo – SP – CEP 01311-300

At.: Sr. Afonso Sugiyama

Telefone: (11) 3365-0800



Handwritten signature and initials.



53

Fac-símile: (11) 3365-0800

Correio Eletrônico: asugiyama@bioritmo.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514

Rio de Janeiro – RJ – CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para a Smartfit:

SMARTFIT ESCOLA DE GINASTICA E DANÇA LTDA.

Av. Paulista, n.º 2.073, Horsa I, 17º andar

São Paulo – SP – CEP 01311-300

At.: Sr. Afonso Sugiyama

Telefone: (11) 3365-0800

Fac-símile: (11) 3365-0800

Correio Eletrônico: asugiyama@bioritmo.com.br

Para a Inssigny:

INSSIGNY HOLDINGS S.A.

Av. Paulista, n.º 2.073, Horsa I, 17º andar

São Paulo – SP – CEP 01311-300

At.: Sr. Afonso Sugiyama

Telefone: (11) 3365-0800

Fac-símile: (11) 3365-0800

Correio Eletrônico: asugiyama@bioritmo.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

✓
Bella
Q





54

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.



✓
RUI/
Q



55

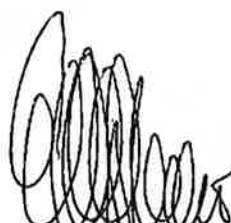
CLÁUSULA ONZE – DO FORO


11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura resultantes desta Escritura de Emissão.


E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, Agente Fiduciário, a Smartfit e a Inssigny em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2014.

SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.


Edgard Gomes Corona
Diretor Presidente


Afonso Sugiyama
Diretor Financeiro


Roberto Mesquita Rodrigues
Diretor de Operações


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

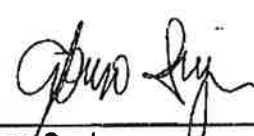

Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

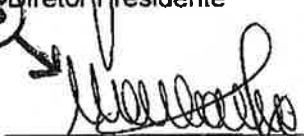
SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA LTDA.

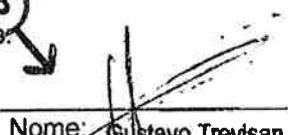

Edgard Gomes Corona
Diretor Presidente

INSSIGNY HOLDINGS S.A.


Edgard Gomes Corona
Diretor Presidente


Afonso Sugiyama
Diretor Financeiro


Nome: **Nathália Aquilino F. Santos**
RG: **43.506.220-7 SSP/SP**
CPF: **309.991.618-81**


Nome: **Gustavo Trevisan Gabriel**
RG: **33.190.018-X SSP-SP**
CPF: **335.915.858-07**

Testemunhas:



52

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.
Nire: 33.3.0030169-2
Protocolo: 00-2014057733-5 - 17/02/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/02/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO EDATA ABAIXO.
ED33000499-7/000
DATA: 19/02/2014
Valéria S.A. Serra
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.

Nire: 33.3.0030169-2

Protocolo: 00-2014057733-5

CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA TEM O MESMO VALOR DO ORIGINAL DE ACORDO COM O INCISO II DO ARTIGO 78 DO DECRETO 1.800 DE 30 DE JANEIRO DE 1996 SOB O Nº ED33000499-7/000

DATA: 19/02/2014

Valéria S.A. Serra
SECRETARIA GERAL



00-2014/057733-5 17 fev 2014 16:53
JUCERJA Guia: 101073924

3330030168-2 Atos: 980
SMART RIO ACADEMIA DE GINASTICA S A

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 00002585241 21/01/2014 129,306

CARTÓRIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS.
SAO PAULO - SP
Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao

RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)
NATHALIA AQUILINI FERREIRA DOS
SANTOS(439390), GUSTAVO TREVISAN
GABRIEL(437392)
Sao Paulo, 11 de fevereiro de 2014.
EN TEST DA VERDADE.

ICOD.SEG. 4949485050484952495250555155 2
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R\$ 6,80 ** TOTAL R\$ 34,00
DIGITADOR: A 08:42:05



14º CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 560 - SS 121 - IPANEMA
CEP 22410-002 - TELS.: (0XX21) 2238-3787 / 2239-3897 898254
TABELIA: DRA. CONCELIANA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de ROBERTO MESQUITA RODRIGUES,
dou fé. En Test da verdade.
Rio de Janeiro RJ, 05 de fevereiro de 2014. Cód.: 00255912-02

Leonardo Barreto Pereira - Escrevente
Quantidade R\$1-Emolumento R\$ 4,20-Taxas 1,50- Total R\$5,70

14º Ofício de Notas - RJ
Leonardo Barreto Pereira
CTP



2º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIAO: ADILSON WAGNER FIRMINO
Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

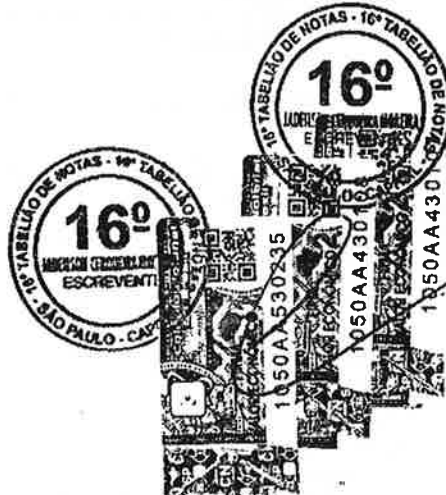
++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

++++++ PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA++++++

Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2014. Conf. por
Em testemunho da verdade

Emolumentos. R\$4,28
Impostos. R\$1,42
Total R\$5,70

CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE



CARTÓRIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao

RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)
EDGARD GOMES CORONA(432686), EDGARD
GOMES CORONA(432686), EDGARD GOMES
CORONA(432686), AFONSO SUGIYAMA(448514),
AFONSO SUGIYAMA(448514)
Sao Paulo, 11 de fevereiro de 2014.
EN TEST DA VERDADE.

ATO COM VALOR ECONOMICO
ICOD.SEG. 4949485050484952485652504853 5
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R\$ 6,80 ** TOTAL R\$ 34,00
DIGITADOR: Jadeilson 08:42:05